

Competitividade da cadeia produtiva do leite no Brasil

Marcelo Costa Martins¹

Introdução

As mudanças impostas à pecuária leiteira do Brasil, sobretudo no início dos anos 90, após a abertura do mercado, fizeram com que um novo perfil fosse criado para o setor. A falta de política de desenvolvimento em longo prazo, aliada à concorrência desleal e predatória dos subsídios internacionais concedidos às principais commodities lácteas pelos países da União Européia e Estados Unidos, interferiu bruscamente na competitividade do setor leiteiro brasileiro.

No entanto, o fortalecimento das entidades de classe tem sido fator relevante para a viabilização da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil. A aplicação de medidas de defesa comercial (elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) e medidas antidumping), juntamente com

a implementação de políticas e programas demandados pelo setor produtivo são grandes vitórias ocorridas no âmbito político e econômico.

A produção de leite cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano na última década, passando de 15,6 bilhões de litros, em 1993, para 22,6 bilhões, em 2003. Atualmente o Brasil é o sexto maior produtor de leite, com um volume que corresponde a aproximadamente 4,5% da produção mundial. O setor é um dos mais importantes do agronegócio brasileiro, ocupando o sexto lugar em valor bruto da produção agropecuária (Tabela 1).

A pecuária leiteira é praticada em todo território nacional. As condições edafoclimáticas do País permitem a adaptação da atividade às peculiaridades regionais, observando-se, conse-

Tabela 1. Valor bruto da produção agropecuária brasileira (produtos selecionados).

Produtos	R\$ bilhão		
	2002	2003	Var (%)
Soja	23.821,5	31.166,9	30,8
Carne bovina	25.849,4	25.335,8	-2,0
Milho	10.184,1	15.419,5	51,4
Frango	11.629,8	13.801,7	18,7
Cana-de-açúcar	11.904,7	11.786,2	-1,0
Leite	8.514,2	9.787,0	14,9
Arroz	4.824,9	5.946,1	23,2
Café beneficiado	7.023,5	4.907,3	-30,1

Fonte: Confederação Nacional da Agricultura (2003).

¹ Assessor Técnico da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), marcelo.martins@cna.org.br

qüentemente, a existência de diversos sistemas de produção. Quanto à adoção de tecnologia, pode-se encontrar produtores utilizando técnicas rudimentares, bem como propriedades comparáveis às mais competitivas do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), os estados que mais produzem leite são, respectivamente, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (Tabela 2).

Do ponto de vista regional, a modificação recente mais importante foi o grande aumento na produção de leite nas regiões de fronteira. Em 2002, o maior crescimento da produção ocorreu na Região Norte, do País, com um incremento de 325 milhões de litros, superando o desempenho das principais regiões tradicionais na produção de leite. Em Rondônia, principal bacia leiteira da Região Norte, o incremento da produção só não foi maior, em termos absolutos, que em Minas Gerais, que corresponde a 28,5% da produção nacional.

A qualidade do leite produzido no Brasil melhorou substancialmente a partir de 2001. As condições favoráveis, com oportunidades de exportação, permitiram a implementação do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite

(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002), que estabelece critérios para a produção, identidade e qualidade do leite.

Análises feitas pela Rede Brasileira de Laboratórios Centralizados de Qualidade do Leite (RBQL) revelam que 90% dos produtores que têm suas produções avaliadas estão qualificados para atender às novas regras estabelecidas pelo Programa de Melhoria da Qualidade do Leite, Instrução Normativa nº 51 (MELO, 2003).

Atualmente, cerca de 80% dos 5,25 bilhões de litros de leite que passam pelas cooperativas são resfriados na fazenda e coletados a granel (ÁLVARES et al., 2003). Considerando que 77% dos fornecedores ligados às cooperativas produzem menos de 200 litros e que as maiores indústrias captadoras de leite já possuem 100% de granelização, é possível inferir que a grande parte do leite que vai para o mercado formal (leite sob inspeção federal, estadual ou municipal) já cumpre os requisitos de resfriamento preconizados na Instrução Normativa nº 51.

Nos últimos três anos, observa-se um aumento da produtividade superior aos anos

Tabela 2. Produção em 2002, e variação do volume de leite em relação aos anos de 2001 e 1992, em litros por ano.

	2002	Aumento da produção em relação a 2001	Aumento da produção em relação a 1992
Brasil	21.643.740	1.133.787	5.859.729
Regiões do Brasil			
Sudeste	8.747.880	174.728	1.531.387
Sul	5.507.640	319.875	1.922.001
Centro-Oeste	3.459.832	213.514	1.470.378
Norte	1.561.895	325.288	836.398
Nordeste	2.366.493	100.382	99.567
Estados			
Minas Gerais	6.177.356	196.133	1.674.702
Goiás	2.483.366	161.626	1.206.902
Rio Grande do Sul	2.329.607	107.553	729.139
Paraná	1.985.343	95.716	708.061
São Paulo	1.748.223	-34.794	-274.700
Rondônia	644.103	168.507	382.131
Pará	576.794	117.629	303.027

Fonte: IBGE (2002).

anteriores. Enquanto a produtividade manteve-se praticamente estagnada entre 1998 e 2000, com crescimento de 0,7%, de 2001 a 2003 o crescimento foi da ordem de 1,5%, o dobro do período anterior (Tabela 3).

O número de vacas ordenhadas cresceu, nos últimos anos, a uma taxa superior a 4%. Esse incremento do rebanho decorre, principalmente, da expansão da pecuária de leite para novas áreas, conforme discussão anterior.

Não obstante aos avanços no setor, é preciso progredir muito. Existem importantes desafios na coordenação da cadeia, na eliminação das distorções do mercado internacional, no aumento de consumo de lácteos, no crescimento das exportações, entre outros. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é discorrer sobre os aspectos que interferem na competitividade do Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil, com ênfase nos impactos para o setor da recente crise da Parmalat.

Distorções na Cadeia Produtiva do Leite

Mercado interno

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 63/2001, da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, foi

criada para unificar os resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O objetivo das CPI's foi investigar os indícios de que segmentos da cadeia produtiva do leite estariam infringindo dispositivos da Lei de Defesa da Concorrência – Lei nº 8.884, de 1994 – como abuso de poder econômico e formação de cartéis.

O trabalho da PFC confirmou a existência de distorções na cadeia do leite, as quais impõem severas perdas à produção primária. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2004), enquanto o preço do leite ao produtor variou 70,32% desde o início do Plano Real, o preço dos produtos lácteos subiu 97,65% no varejo, no mesmo período. Da mesma forma, máquinas agrícolas, fertilizantes, rações e combustível subiram, respectivamente, 117,5%, 136,3%, 142,8% e 164,83% no período (Fig. 1 e 2).

Essa situação existe em função da oferta de leite, por parte do produtor, estar organizada próxima à concorrência perfeita (não há barreiras à entrada no setor primário, e o produto tem alto grau de homogeneidade na percepção do consumidor), enquanto os elos ex-ante e ex-post às propriedades rurais encontram-se altamente concentrados e organizados sob a forma de oligopsonios (ou monopsonios) regionais.

Tabela 3. Produção, produtividade e número de vacas ordenhadas no Brasil.

Ano	Produção total de leite (milhões litros)	Vacas ordenhadas (mil cabeças)	Produtividade (litros/vaca/ano)
1998	18.694	17.280	1.082
1999	19.070	17.395	1.096
2000	19.767	17.885	1.105
2001	20.510	18.194	1.127
2002	21.643	19.005	1.139
2003 ⁽¹⁾	22.595	19.195	1.177
Produtividade média 1998/2000			1.094
Produtividade média 2001/2003			1.148
Taxa de crescimento 1998/2000			2,16%
Taxa de crescimento 2001/2003			4,42%

⁽¹⁾Previsão: CNA, OCB/CBCL, Leite Brasil e Embrapa Gado de Leite. Fonte: IBGE (2002).

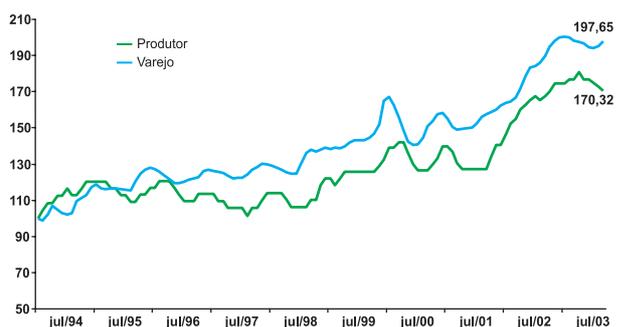


Fig. 1. Variação acumulada de preços do leite pago ao produtor e no varejo.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2004).
Elaboração: CNA/Decon.

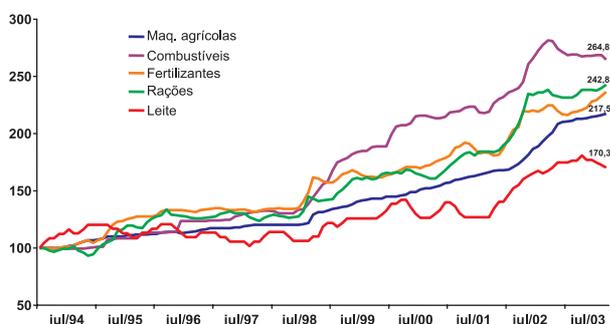


Fig. 2. Variação acumulada de preços do leite pago ao produtor, de fertilizantes, combustível e mão-de-obra.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2004).
Elaboração: CNA/Decon.

O atual cenário submete o produtor a margens de lucro cada vez menores, levando-o a ampliar a escala de produção e a modernizar-se para reduzir custos que logo se transformarão em redução de preços. Ou seja, para sobreviver, os produtores têm que crescer, além de reduzir o custo.

Mercado internacional

Não obstante às distorções no mercado doméstico, o mercado internacional representa sério problema. Apesar de a produção mundial de lácteos ter alcançado a cifra de 500 bilhões de litros anual, a parte transacionada internacio-

nalmente não passa de 6%, ou aproximadamente 30 bilhões de litros. Desse montante, metade é comercializada livremente, sem ajuda governamental. A outra parte é comercializada pela União Européia (UE) e pelos Estados Unidos, que produzem e exportam com alto grau de subsídios, reduzindo os preços internacionais. Essa situação contribui para inibir a continuidade do desenvolvimento produtivo nos países que não se utilizam dessas práticas distorcidas de comércio.

Mesmo essas medidas não sendo exclusivas para o setor leiteiro, o leite é o produto mais subsidiado no mundo. O montante de subsídios gastos com a agricultura (PSE)² pelos 29 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2003 foi de US\$ 350 bilhões, ou quase US\$ 1 bilhão por dia. Esse valor é tão significativo que chega a representar 54% da renda do agricultor europeu e 47% dos norte-americanos.

Nos países onde há subsídio, o leite recebe recursos de US\$ 45 bilhões por ano, seguido da carne bovina e do arroz, com aproximadamente US\$ 25 bilhões anuais cada. Somente o montante gasto com medidas de apoio interno à produção de leite em países da OCDE representa uma vez e meia o valor anualmente comercializado no mundo. Se forem considerados os subsídios às exportações, esse valor é ainda mais surpreendente, chegando a ser superior ao próprio preço da tonelada no mercado internacional. Tendo-se como exemplo os produtos lácteos, a União Européia subsidia suas exportações de manteiga em US\$ 1.850,00 a tonelada, US\$ 930,00 a tonelada de leite em pó, e em mais de US\$ 1.000,00 a tonelada de queijo cheddar. Esse bloco é responsável por 64% das exportações subsidiadas, enquanto os Estados Unidos cobrem outros 26%.

Destaca-se, também, além da competição desleal, a dificuldade em se obter acesso a mercados para esses produtos. Os principais países utilizam cotas tarifárias (TROs). Quando o volume dessa TRO é reduzido, como no caso dos Estados Unidos, as tarifas intracota são relativamente pequenas (US\$ 30,00/t), porém apresentam o valor de US\$ 870,00/t para

² PSE – Subsídio equivalente ao produtor é uma metodologia desenvolvida pela OCDE para determinar o real subsídio pago pelos governos aos produtores agrícolas daqueles países.

superar o volume determinado na cota. No entanto, quando as cotas são maiores, com é o caso da UE, tanto as intracotas quanto as extracota são elevadas, indo de US\$ 372,00/t, como tarifa intracota, para US\$ 921/t para as tarifas que excederem o montante da cota. Essa proteção excessiva leva os produtores desses países a se tornarem imunes a qualquer concorrência estrangeira.

Estudos realizados pela Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics (Abare) simularam o impacto de um aumento no acesso ao mercado dos países desenvolvidos, por meio de um incremento de 100% nas cotas e uma redução simultânea de 50% nas tarifas de importação. O resultado da simulação apontou uma elevação de 20% nos preços internacionais para o leite em pó desnatado, 15% para o leite em pó integral, 24% para os queijos e 28% para a manteiga. Além disso, haveria um aumento dos volumes exportados de leite em pó desnatado, manteiga e queijo, da ordem de 5%, 7% e 11%, respectivamente. Para o leite em pó integral haveria queda de apenas 2% nas exportações.

O protecionismo, seja na forma de subsídios às exportações ou na forma de barreiras ao acesso aos mercados, deprime os preços internacionais, desestabiliza o mercado e desloca da produção eficientes fornecedores que não subsidiam. Diante desse cenário, fica claro que o incremento das exportações brasileiras de lácteos depende de uma substancial reforma do comércio internacional nesse setor.

Outra distorção do mercado internacional de lácteos são as práticas de dumping. Historicamente, a internalização de produtos lácteos a preços artificialmente baixos esteve na raiz dos principais problemas da atividade leiteira nacional. Mais especificamente, as importações desleais provocaram, direta ou indiretamente, os seguintes danos: a) redução do preço pago ao produtor; b) balizamento artificial dos preços no mercado doméstico; c) instabilidade dos preços praticados aos produtores e consumidores, dificultando o planejamento da atividade; d) inibição do aumento da oferta interna voltada ao

atendimento do mercado formal e institucional; e) desestímulo ao desenvolvimento, especialização e crescimento auto-sustentado da pecuária leiteira; f) elevação do nível de desemprego na pecuária de leite; g) competição desigual, gerando falências e sérias dificuldades para as cooperativas e empresas de laticínios; h) efeitos negativos sobre a balança comercial brasileira.

A crise da Parmalat

A crise da Parmalat do Brasil, deflagrada no final de dezembro de 2003, acentuou o cenário de dificuldades que atinge anualmente, no período de safra, a pecuária de leite brasileira. O preço do leite, em queda desde julho de 2003, teve suas maiores baixas nos meses de dezembro e janeiro de 2004 (Fig. 3).

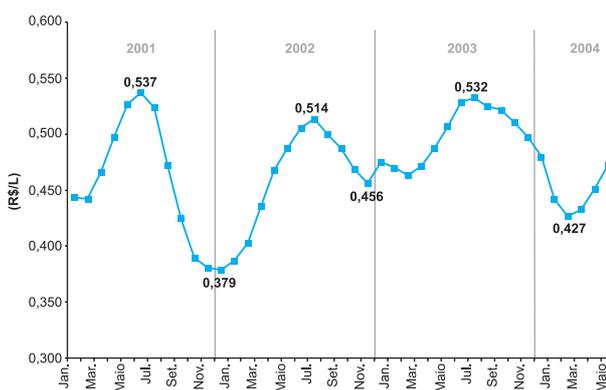


Fig. 3. Variação sazonal do preço pago ao produtor de leite.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2004) – preços deflacionados pelo IGP-DI. Elaboração: CNA/Decon.

Até o final de 2003, a Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos era a segunda maior empresa de laticínios do País (Tabela 4), com uma captação diária de 3 milhões de litros. Esse leite era proveniente de mais de 20 mil produtores ligados diretamente à empresa, ou indiretamente por meio de cooperativas.

Com a crise da Parmalat Spa (Itália), iniciada em dezembro de 2003, quando Calisto Tanzi, fundador e principal executivo da

Tabela 4. Maiores laticínios do Brasil.

Class ⁽¹⁾	Empresas/ Marcas	Recepção anual de leite ⁽²⁾ (em mil litros)			Número de produtores ⁽³⁾			Produção média diária (litros/dia/produtor)		
		2001	2002 ⁽⁴⁾	2003 ⁽⁴⁾	2001	2002	2003	2001	2002	2003
1	DPA ⁽⁵⁾	1.425.628	1.489.029	1.500.179	8.536	7.192	7.163	458	567	574
2	Parmalat⁽⁶⁾	941.490	947.832	840.000	15.300	12.605	10.350	169	206	222
3	Itambé	832.000	732.000	750.000	7.990	6.010	5.991	285	334	343
4	Elegê	782.141	711.335	671.780	31.282	28.665	27.676	69	68	67
5	Centroleite	220.533	213.503	261.230	4.725	4.905	5.438	128	119	132
6	Leite Nilza	139.937	182.568	241.217	2.384	3.031	3.671	161	165	180
7	Batávia	225.659	165.276	232.311	6.820	6.529	5.111	91	69	125
8	SUDCOOP	209.070	230.952	226.016	6.333	6.993	6.734	90	90	92
9	Danone	247.487	272.236	225.033	2.452	2.470	1.274	277	302	484
10	Embaré	180.081	192.378	218.687	3.203	2.884	4.413	154	183	136
11	Laticínios Morrinhos	207.031	210.572	191.782	7.299	4.990	3.128	78	116	168
12	CCL	367.213	268.385	185.996	8.191	4.512	4.379	123	163	116
13	Grupo Vigor	209.743	154.158	153.145	2.039	1.525	1.413	282	277	297
14	Líder Alimentos	220.000	163.766	129.177	7.035	2.807	2.634	86	160	134
15	Confepar	102.664	109.239	115.834	2.771	3.743	5.256	102	80	60
Total		6.310.677	5.958.229	5.907.526	116.360	98.861	94.631	149	165	171

⁽¹⁾ Classificação base recepção no ano 2003.

⁽²⁾ Não inclui compra de terceiros.

⁽³⁾ Posição em 31 de dezembro.

⁽⁴⁾ O total não inclui leite recebido pela Danone da CCL, devido à duplicidade.

⁽⁵⁾ Números referentes à compra de leite realizada pela DPA Manufacturing Brasil em nome da Fonterra, da DPA Brasil e da Itasa.

⁽⁶⁾ Estimativa para o ano de 2003.

Fonte: Leite Brasil, CNA/DCOM, OCB/CBCL e Embrapa Gado de Leite.

empresa, deixa o cargo devido a um prejuízo superior a 14,3 bilhões de euros, a subsidiária brasileira passa a ter enormes problemas financeiros.

A Parmalat no Brasil sempre foi questionada pelo seu crescimento desordenado, comprando e fechando diversos laticínios em todo País. Há anos a empresa apresenta prejuízos em seus balanços, o que motivou a implementação de sucessivos e dispendiosos planos de reestruturação. Em decorrência desse quadro, as empresas do grupo tinham enorme dependência financeira da matriz italiana que frequentemente enviava remessas de capital para o Brasil.

A intervenção na Itália e a conseqüente interrupção do fluxo de capitais para o Brasil tiveram reflexos imediatos no cumprimento de compromissos com empregados e fornecedores de leite e outros insumos utilizados em suas fábricas. Especificamente em relação a produtores e cooperativas, a interrupção do fluxo de caixa levou a Parmalat a postergar quitação da dívida ou pagar em leite em pó. Essa situação potencializou a redução do preço real do leite, que era de R\$ 0,497 em novembro de 2003, passando para R\$ 0,427 em fevereiro de 2004.

Pesquisa realizada pelo Projeto Conhecer da CNA, entre fevereiro e março, mostrou a situação dos produtores quase dois meses depois de instalada a crise da Parmalat. Dos produtores consultados, 77% afirmaram que o principal efeito da crise foi a queda de preços, 17% indicaram a dificuldade de comercialização como maior problema e 6% apontaram outros efeitos como queda no preço de animais, inseguranças e incertezas de investimento na pecuária leiteira.

Em relação à dívida da Parmalat, 6% responderam que eram fornecedores exclusivos da empresa, e, destes, 74% informaram que tinham créditos vencidos a receber. De uma maneira geral, os produtores e cooperativas transferiram a sua produção para outras empresas, que estão ocupando o espaço

deixado pela Parmalat no mercado de lácteos. No entanto, essa transferência não se deu de forma generalizada. Importantes regiões produtoras, como o norte do Rio de Janeiro e o Estado de Pernambuco, não dispõem de alternativas próximas para o escoamento da produção, o que dificultou a comercialização do leite nessas regiões.

Tamanho da Parmalat no mercado de lácteos brasileiro

Os efeitos da crise mundial da Parmalat foram sentidos em todo o País. A empresa possui 6 fábricas de laticínios, com fornecedores de leite em 12 Unidades da Federação. A maior fábrica está localizada em Carazinho, RS, onde compravam, antes da crise, mais de 800 mil litros/dia de fornecedores do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

As fábricas de Santa Helena, GO e Itaperuna, RJ ocupavam o segundo lugar com a aquisição de 450 mil litros/dia. Em Santa Helena, captava-se 280 mil litros de produtores diretos e 170 mil de terceiros (cooperativas e indústrias de laticínios), nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Em Itaperuna, a compra do leite era realizada nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo 85% adquirido de cooperativas e o restante de produtores diretos.

Na Região Nordeste, a Parmalat centralizava suas ações em Garanhuns, PE. Essa fábrica comprava 300 mil litros/dia de produtores de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Já na Região Norte, toda captação era realizada em Rondônia, com volume de 50 mil litros/dia, adquirido pela Fábrica de Ouro Preto d'Oeste.

Além dessas fábricas, a Parmalat era acionista majoritária da Batávia S.A, que beneficia, hoje, com 850 mil litros/dia, sendo 410 mil litros do Paraná e 440 mil de Santa Catarina (40 mil de produtores diretos e 400 mil de cooperativas). A empresa também terceirizava o beneficiamento do leite em São Paulo (60 mil litros/dia) e no Ceará (40 mil litros/dia),

com produtores ligados indiretamente à empresa.

Passado o ápice da crise, o preço pago aos produtores de leite vem se recuperando a partir do mês de março de 2004, impulsionado pelo reaquecimento da economia, início do período de entressafra no Centro-Sul do País e pela redução do déficit da balança comercial de lácteos.

A reativação da atividade econômica, que se iniciou no terceiro trimestre do ano passado e continuou no primeiro trimestre de 2004, foi confirmada pelas estatísticas oficiais de emprego e renda. De acordo com o "Cadastro Geral de Empregados e Desempregados" do Ministério do Emprego e Trabalho, acusou-se o crescimento do saldo do emprego (admissões menos contratações) formal em sete dos nove estados pesquisados nos quatro primeiros meses de 2004. Em São Paulo, o principal consumidor de produtos lácteos, o aumento absoluto no número de pessoas empregadas foi de 223.065, o que representou 51,5% de todo o emprego gerado no País no período de janeiro a abril (433.256).

Segundo a pesquisa mensal de emprego divulgada no boletim do IPEA, o aumento na renda nominal dos trabalhadores acumulou alta de 5,3% no primeiro trimestre de 2004 sobre o patamar alcançado em dezembro de 2003. Como os índices inflacionários se situaram em níveis bem mais baixos, permitiram uma recuperação real no rendimento do trabalho. O aumento no número de pessoas ocupadas, associado à recuperação do rendimento dos trabalhadores, permitiu a retomada das vendas de leite e derivados no varejo em 2004.

Pelo lado das exportações, o Brasil cresceu consideravelmente nos sete primeiros meses de 2004. O País registrou o maior volume de exportações de produtos lácteos em um só mês, em julho deste ano, com remessas de 7,5 mil toneladas, somando receitas de US\$ 12,2 milhões. Em julho do ano passado, as exportações de lácteos foram de 5,1 mil toneladas, gerando divisas de US\$ 5,4 milhões. No ano passado, por

exemplo, a balança do setor lácteo registrou saldo negativo de US\$ 63,8 milhões. O pior resultado foi registrado em 1998, com déficit de US\$ 503,6 milhões no saldo entre importações e exportações.

Entre janeiro e julho de 2004, as exportações de lácteos somam US\$ 41,8 milhões, já em todo o ano de 2003 as remessas do setor ao exterior chegaram a US\$ 48,5 milhões. Isso significa que nos primeiros sete meses de 2004 o setor lácteo já exportou 86,1% do total obtido durante todo o ano de 2003. (Fig. 4).

Estes quatro movimentos (recuperação na renda, aumento no emprego, elevação nas

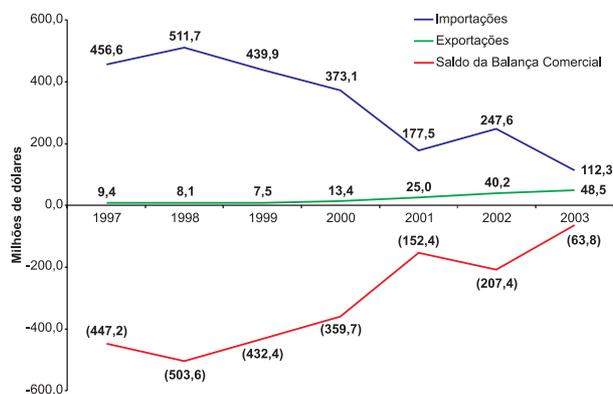


Fig. 4. Balança comercial de lácteos.

Fonte: Brasil (2004)
Elaboração: CNA/Decon.

exportações e redução nas importações), em conjunto, deram sustentação para que o preço pago ao produtor pudesse iniciar uma recuperação a partir do mês de março. Apesar dessa recuperação ser uma boa notícia para o setor, percebe-se que a recomposição no preço pago ao produtor está se dando em ritmo lento e em menor proporção que o aumento dos custos, por exemplo.

Observa-se, portanto, que os problemas do setor transcendem a crise da Parmalat. O resultado positivo da balança comercial de lácteos aliado à melhoria do preço após três meses do início da crise da Parmalat comprova

que a pecuária de leite brasileira tem competitividade, com capacidade para atender à demanda interna e gerar excedentes para exportação. Para tanto, é preciso haver maior estímulo à produção de leite no País.

Várias ações são necessárias para aumentar a competitividade da cadeia produtiva do leite no País. Para isso, foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, no âmbito do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Câmara Setorial tem a participação de representantes dos produtores, da indústria, do varejo e do governo, e espera-se que seja o primeiro e indispensável passo para buscar soluções para os problemas da cadeia do leite. Algumas medidas estão sendo discutidas no âmbito da Câmara Setorial e que são relevantes para dar maior transparência e equidade na cadeia produtiva do leite no Brasil. São elas:

1) Fortalecimento do Associativismo

Não há dúvida de que o fortalecimento do setor produtivo passa pela organização dos produtores. Nos últimos 10 anos, o setor de produção primária evoluiu mais que no quase meio século de preços tabelados. Mudaram-se os conceitos de produção e produtividade, tecnologias, qualidade, sanidade, genética entre outros. No entanto, no quesito comercialização, o setor necessita de maior coordenação e organização.

Dessa forma, o fortalecimento da pecuária de leite passa pelo fortalecimento das entidades de classe que a defendem econômica e politicamente, e também pela modernização das cooperativas, sem os vícios das gestões retrógradas que levaram ao fim boa parte delas, com disposição de promover incorporações, fusões, e que criem atrativos confiáveis aos produtores, a fim de manter um ambiente de fidelidade e espírito associativista.

2) Treinamento e capacitação de produtores e trabalhadores rurais

O treinamento e a capacitação constituem-se em uma questão fundamental para reestruturação da pecuária leiteira, que deverá focar:

- O conhecimento dos processos que envolvem a administração de uma propriedade rural.
- Compreensão e uso adequado de tecnologias.
- Informações que possibilitem aos produtores agregar valor aos seus produtos.

O primeiro aspecto trata da administração das propriedades rurais. Não é mais aceitável o desconhecimento das questões de planejamento, organização e controle das atividades e processos, na gestão de propriedades rurais. Ademais, há a necessidade de adoção de programas de qualidade, com a introdução de técnicas de administração que privilegiem tais programas.

O segundo dos aspectos mencionados trata do mito que continua se perpetuando na cultura popular, da tecnologia como sendo uma ciência aplicada, que longe de ser interpretada como investimento é vista como despesa, o que gera uma barreira para o seu entendimento e adotada no meio rural.

O terceiro aspecto refere-se ao conhecimento que possibilita agregar valores à produção. Isso se aplica, no caso do segmento da produção nas fazendas, a ganhos advindos de: a) melhoria na gerência da propriedade; b) qualidade da matéria-prima; c) outras formas de melhor conduzir o processo de produção (alimentação do rebanho, manejo sanitário, entre outros); e d) capacidade dos agentes produtivos se organizarem em associações, sindicatos e cooperativas.

Faz-se necessário, em resumo, colocar como foco das intervenções no processo produtivo, por intermédio de programas de capacitação, a introdução de inovações tecnológicas de produtos, de processos e de

informações gerências e organizacionais que possam auxiliar na superação das deficiências e atrasos em que ainda se encontram grande parte dos produtores de leite, no País.

3) Contratos de fornecimento/preços antecipados aos produtores

No sistema atual, de preços pós-fixados, a indústria transfere integralmente aos produtores o risco de preços. É necessário dar maior transparência às regras e decisões no mercado de lácteos. Iniciativas como a criação de um conselho paritário com representantes de produtores e da indústria, com objetivo de quantificar o valor justo para a remuneração dos dois segmentos, é uma importante medida para reduzir as distorções na cadeia produtiva.

4) Linhas de crédito

Inúmeros produtores se endividaram na vontade de atender às exigências da indústria quanto à qualidade e escala de produção. Ao contrário do esperado, esses produtores tiveram o preço pago pelo produto reduzido significativamente. Para enfrentar esse quadro, são necessários financiamentos para a consolidação e alongamento de dívidas antigas. Não obstante, a inexistência de linhas de crédito para custear as despesas operacionais com os animais muitas vezes obriga os produtores a desfazer-se de vacas leiteiras, principalmente em período de entressafra, reduzindo a qualidade genética do rebanho e, conseqüentemente, afetando os índices de produção e produtividade em médio prazo.

A criação de uma linha de crédito para retenção de matrizes evitará que os produtores de leite tenham que se desfazer de matrizes bovinas geneticamente melhoradas, como forma de obtenção de capital de giro para custear as despesas dos sistemas de produção.

5) Intensificar o programa de melhoria da qualidade do leite

Intensificar o controle e melhoria da qualidade do leite é uma importante ação da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Mapa e mais seis entidades do setor privado assinaram um termo de cooperação técnica, com o objetivo de intensificar a execução do Programa Nacional de Controle e Melhoria da Qualidade do Leite e dos Produtos Lácteos produzidos no País.

Em 2003, foram analisadas 1.978 amostras no âmbito do Programa, sendo essas amostras procedentes de 274 estabelecimentos de laticínios sob Inspeção Federal, localizados em 18 Unidades Federativas.

Até a presente data, foram constituídos 129 Processos Administrativos referentes a resultados de presença de soro de leite, assim como por alteração de composição centesimal em produtos lácteos diversos. Desse total, 91 processos encontram-se em tramitação e 38 foram arquivados.

6) Implementação de programas institucionais

Duas medidas de extrema relevância para o setor leiteiro do Brasil podem ser implementadas ainda este ano. A primeira, o Projeto Lei nº 41/2003, de autoria do senador Hélio Costa, aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação do Senado no dia 23 de setembro de 2003, que determina a inclusão de leite fluido e pasteurizado na merenda escolar.

A outra, iniciativa do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, diz respeito à criação do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite. Esse programa tem por objetivo utilizar o leite para combater a desnutrição de crianças de 6 meses a 6 anos de idade e de gestantes a partir da constatação da gestação. Para tanto, serão distribuídos R\$ 50,00 por família/mês, beneficiando 1,5 milhões de famílias em 2003; 3,0 milhões de famílias até o final de 2004; até atingir a meta de 9,5 milhões de famílias, em 2006.

A abrangência dessas propostas ultrapassa a esfera social, influenciando diretamente no desenvolvimento econômico de regiões produtoras de leite. Dessa forma, os produtos lácteos poderão assumir papel decisivo não

apenas na tarefa de erradicar a fome, mas também na de assegurar o direito à alimentação de qualidade à população de baixa renda, principalmente entre crianças em idade escolar.

Além da importância social, os programas institucionais devem ter como objetivo fortalecer a pecuária de leite pelo estímulo ao aumento da produção para atender o crescimento da demanda. O Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, por exemplo, pretende comprar um milhão de litros de leite/dia na Região do Semi-Árido nordestino e na região norte do Estado de Minas Gerais.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), também conhecido como “merenda escolar”, atende cerca de 37 milhões de alunos matriculados no ensino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas em todo o País. Se cada aluno consumir 0,25 litro de leite por dia durante o período letivo, a demanda anual será superior a 2 bilhões de litros de leite no País, ou seja, 10% da produção.

7) Consolidação do Brasil no mercado internacional de lácteos

Para que o Brasil possa se firmar como exportador de lácteos, quatro condições são fundamentais. Como exposto neste trabalho, o mercado de lácteos é um dos mais protegidos do mundo e irá requerer ação integrada do governo brasileiro e do setor privado para vencer as barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas. Além disso, é fundamental a manutenção das medidas antidumping para fortalecer a produção interna diante das importações subsidiadas na origem.

O setor privado buscou na defesa comercial uma ação mais eficaz e duradoura para combater as importações desleais. Depois de um trabalho técnico intenso, durante todo o ano de 1998, a CNA protocolou, no Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, petição solicitando investigação de existência de dumping (exportar a preço inferior àquele praticado no

mercado doméstico) nas exportações de leite para o Brasil.

Dois anos depois, quando o processo de investigação já continha mais de 22 mil páginas, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou a Resolução nº 1/2001, que finalizou a investigação, concluindo que houve dumping nas importações de leite originárias da Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e União Européia, entre julho de 1998 e junho de 1999. Comprovou-se a prática desleal de comércio, com danos aos produtores brasileiros, como a queda nos preços e no faturamento, além de margens de lucro negativas. Nesse período, as importações também aumentaram a sua participação no mercado doméstico.

A fixação de direito antidumping de 16,9%, 14,8% e 3,9%, por cinco anos, sobre as importações de leite em pó provenientes, respectivamente, do Uruguai, União Européia (a exceção da empresa *Arla Foods*) e Nova Zelândia, consiste na mais importante medida de defesa comercial adotada até hoje em relação ao setor agropecuário brasileiro. Além disso, a Camex homologou Compromisso de Preços para as importações de leite em pó originárias da Argentina e da empresa dinamarquesa *Arla Foods*. Em seguida, foi também homologado o termo de compromisso de preços com as empresas do Uruguai. Esse compromisso de preços com a Argentina e Uruguai teve duração de três anos. Já com a empresa *Arla Foods* terá duração de cinco anos, assim como as medidas aplicadas à União Européia e Nova Zelândia.

No dia 24 de janeiro de 2004, a Secex publicou no Diário Oficial da União a Circular nº 09, estabelecendo que o governo brasileiro abrirá revisão do acordo de preços de importação de leite em pó da Argentina. A mesma decisão foi tomada para o Uruguai no dia 05 de abril de 2004, pela Circular nº 15.

A decisão atende ao pleito de toda a cadeia produtiva do leite, pois é preciso manter as medidas de proteção de mercado, para evitar a prática de dumping, que prejudica os

produtores brasileiros. A expectativa do setor é que, após a prorrogação das investigações, as medidas antidumping aplicadas à Argentina e ao Uruguai, por mais três anos, possam ser de preço mínimo ou tarifa de importação. Durante o período de revisão, fica mantida por pelo menos mais um ano o mecanismo que estabelece um preço mínimo de US\$ 1,9 mil por tonelada para o leite em pó importado desses países. Vendas realizadas a valor mais baixo que US\$ 1,9 mil por tonelada são taxadas em 11%.

Outra conquista recente do setor, no campo da defesa comercial, foi a inclusão do soro de leite na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), do Mercosul, com imposto de 27%, equiparando-o ao do leite em pó e ao dos queijos. Essa medida, adotada em setembro de 2002, tende a desestimular as importações de soro subsidiado na origem. As aquisições de soro de terceiros mercados estavam crescendo exponencialmente desde o início do Plano Real.

O segundo condicionante é a necessidade de maior coordenação e organização da cadeia produtiva do leite. O Brasil tem um grande potencial para produzir produtos lácteos e volume suficiente para suprir a demanda interna e gerar excedentes exportáveis. Porém, a efetivação do potencial produtivo tem sido limitada pela falta de uma organização do setor capaz de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades favoráveis ao desenvolvimento da atividade, tornando-a lucrativa e sustentável em longo prazo.

A terceira condicionante é a qualidade dos produtos lácteos. Essa questão é de fundamental importância e determinante para que o País possa avançar, não somente no mercado interno, mas também imprescindível para pretensões ao mercado externo.

A qualidade da matéria-prima é um ponto de extrema importância no processo de inserção do Brasil no mercado mundial de lácteos. Essa questão envolve uma mudança radical nas normas de plataforma (contagem bacteriana, crioscopia, acidez, células

somáticas, etc.) e introdução de normas de origem (animais controlados, refrigeração na propriedade, coleta a granel e ordenha mecânica).

Porém, a qualidade, em todas as suas dimensões, melhora à medida que o mercado exige, reconhece e valoriza produtos e serviços com qualidade superior. O pagamento diferenciado pela qualidade é um dos principais instrumentos para estimular os produtores a se especializarem. Essa diferenciação surgiu da necessidade de remunerar adequadamente o produtor que internalizou parte do custo de resfriamento que, antes do processo de granelização, era das indústrias.

Estabelecer normas de qualidade, estruturar serviços oficiais de fiscalização, promover pesquisas, instituir programas de capacitação de recursos humanos, disponibilizar crédito compatível com a realidade do setor são políticas importantes para dar suporte ao processo de melhoria da qualidade do leite.

A quarta e última condicionante é a adoção de técnicas modernas de gestão e a utilização de tecnologias de produção que permitam oferecer vantagens comparativas para exportar produtos lácteos nacionais. Um exemplo de sucesso são as exportações de leite condensado, que agrega valor a três matérias-primas nas quais o Brasil é competitivo (embalagem de aço, açúcar e leite). Esse produto é o principal da pauta de exportação de lácteos, sendo comercializado para mais de 30 mercados diferentes.

A produção de leite tem perspectiva de continuar crescendo nos próximos anos, com condições reais de tornar o País grande exportador de produtos lácteos. Porém, de nada adianta todo o esforço do setor se a alternância sazonal de escassez e excesso de oferta de leite no mercado gera sérios problemas à cadeia produtiva do leite. Essa situação impede a estabilidade e previsibilidade dos preços recebidos pelos produtores, além de interferir na eficiência do setor no mercado externo.

É necessário que a iniciativa privada e o governo unam esforços para impulsionar as vendas externas de leite e derivados. No intuito de promover o aumento da competitividade da Cadeia Produtiva do Leite no mercado internacional, algumas ações prioritárias são citadas abaixo:

1) Promover as exportações de leite e derivados, com a adoção das seguintes medidas:

- Negociar acordos de equivalência sanitária com países importadores e promover a vinda de missões de técnicos estrangeiros ao Brasil para inspecionar os laticínios.
- Agilizar o processo de habilitação de indústrias e produtores para exportação.
- Aprovar regulamentos de normatização e tipificação de queijos, com vistas a atender mercados externos.
- Identificar barreiras a produtos lácteos brasileiros nos principais mercados mundiais e negociação de melhor acesso ao mercado (Mercosul, Alca, UE).
- Eliminar barreiras às exportações – Negociações Multilaterais (acesso à mercado; eliminação de subsídios às exportações ou internos) e Regionais (Alca, Mercosul, UE/Mercosul).
- Implementar iniciativas de promoção comercial das exportações. Esse trabalho poderá ser realizado em parceria com a Agência de Promoção de Exportações (Apex).
- Criar incentivo às exportações de produtos lácteos, à semelhança do regime automobilístico.
- Por meio da Aliança Láctea Global, criar estratégia para eliminação dos subsídios à exportação de produtos lácteos, ampliação do acesso à mercados, eliminação de medidas de apoio interno que distorcem o comércio e tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

2) Marketing para estimular o consumo e fortalecer o setor

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um consumo per capita médio

anual de 175 litros. O consumo médio, em equivalentes litros de leite, nos países ricos ocidentais, na Argentina e no Uruguai, é superior a 200 litros por habitante/ano. No Brasil, o consumo per capita médio é inferior a 130 litros/ano, bem abaixo do preconizado pela OMS.

O fortalecimento do marketing institucional é muito importante para a promoção do consumo de lácteos. Esta ação visa não só estimular o consumo, como também esclarecer sobre os benefícios dos lácteos à saúde. No entanto, é necessário a organização e mobilização de todos os elos da cadeia para alcançar os objetivos.

3) Desonerar os produtos lácteos na Reforma Tributária

A participação dos gastos com alimentação nas famílias mais pobres é, ainda, em média, superior a 50% do rendimento familiar per capita, segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Nesse contexto, políticas públicas redutoras dos preços dos alimentos apresentam grande potencial de melhoria do bem-estar das populações mais pobres – objetivo perseguido pelo atual governo. Um dos instrumentos que pode atingir este fim, com eficácia e rapidez, é a desoneração da carga tributária de bens e serviços de maior peso no orçamento da população mais pobre, particularmente a desoneração dos impostos indiretos – principalmente o ICMS e o PIS/Cofins – dos produtos alimentares, especialmente os lácteos. Estudo recente da CNA demonstra que o somatório do ICMS, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias representa tributação de mais de 20% no leite em pó integral e de aproximadamente 40% nos queijos.

Seguindo estes princípios, a CNA vem lutando para a ampliação da base de insumos isentos do pagamento de PIS/Cofins, que segundo a Medida Provisória nº183, de 2004, contempla atualmente sementes, adubos e defensivos. A solicitação é que sejam incluídos também rações, sal mineral, medicamentos, corretivos e material genético, pois esses

insumos geram impacto em quase 50% do custo operacional efetivo, podendo incrementar entre R\$ 0,02 e R\$ 0,04 os custos por litro de leite, dependendo do nível de tecnificação do sistema de produção.

Da mesma forma, é necessário reduzir o impacto do PIS/Cofins nas agroindústrias. Demanda-se a manutenção do crédito presumido ou a redução da alíquota para os produtos agroindustriais destinados à alimentação humana, com manutenção no sistema não cumulativo.

Além da manutenção do crédito presumido, a CNA apóia instituir a suspensão da exigibilidade de PIS/Cofins para as vendas dos produtos in natura de origem animal, adquiridos das pessoas físicas, das empresas resfriadoras de leite e de cooperativas.

Além do mais, é preciso harmonizar a legislação do ICMS entre os Estados da União, para eliminar vantagens competitivas artificiais. Também é preciso observar a simetria das alíquotas dos diversos produtos lácteos, para

evitar que uma commodity tenha maior tributação que outra.

Referências

ÁLVARES, J. G.; NOGUEIRA NETTO, V.; MARTINS, P. C.; BARROSO, M. Perspectivas para o cooperativismo de leite no Brasil. In: VILELA, D.; BRESSAN, M.; FERNANDES, E. N.; ZOCCAL, R.; MARCELO COSTA MARTINS, M. C.; NOGUEIRA NETTO, V. **Gestão ambiental e políticas para o agronegócio do leite**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; CNPq; Serrana Nutrição Animal, 2003. p. 59-80.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema de análise das informações de comércio exterior via Internet**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (Brasília, DF). Valor bruto da produção agropecuária brasileira: 2002 e 2003. **Indicadores Rurais**, Brasília, v. 7, n. 50, p. 6, dez. 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Rio de Janeiro, RJ). **Dados da FGV**. Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Pesquisa pecuária municipal**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2004.

MELO, B. Qualidade do leite se ajusta às normas. **Balde Branco**, São Paulo, v. 39, n. 468, p. 34-36, 2003.